

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.858 - PA (2019/0138669-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ANTONIO RANGEL DUARTE LIMA (PRESO)
ADVOGADO : NIVARDO DA SILVEIRA MOURÃO - RO009998
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **ANTÔNIO RANGEL DUARTE LIMA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O recorrente foi incluído no Sistema Penitenciário Federal - SPF em 13/10/2017, pelo prazo de 360 dias. Antes do término do prazo, em 26/9/2018, o Juízo da Vara de Execuções Penais proferiu nova decisão, admitindo a renovação do prazo de permanência do apenado.

Insatisfeita, a defesa impetrou *habeas corpus* na origem, pleiteando o retorno do detento ao presídio do Estado, o qual restou denegado em acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PLEITO PARA QUE NÃO SEJA RENOVADA A PERMANÊNCIA DO PACIENTE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL (PENITENCIÁRIA DE PORTO VELHO - RO). IMPOSSIBILIDADE. 1. Conforme afirma o Juízo de execução, o paciente possui comportamento inadequado, exerce nociva liderança junto à massa carcerária, incluindo participação em fugas e resgates, possui histórico de crimes graves, especialmente roubos de transportadoras de valores, participou de operações de resgates de presos e estava em posse de armamento pesado AK47). E que, fazê-lo retornar ao Sistema Carcerário do Pará, promove eventualmente, o fortalecimento de facções, problema que assola o País. 2. Por este motivo, entendo que há necessidade de renovação de transferência do paciente, para Estabelecimento Federal, principalmente porque a liderança criminosa, o envolvimento em fugas, e a indisciplina no cárcere, configuram motivos para que ele permaneça no Estabelecimento Federal por força dos artigos 3º e 10º, da Lei nº 11.671/08. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA, EM CONFORMIDADE COM O PARECER MINISTERIAL." (e-STJ, fl. 215.)

Alega o recorrente que as decisões que determinaram sua permanência no SPF são ilegais e abusivas, sendo contraditórios os fundamentos eleitos, pois não cumprem com os requisitos previstos na legislação.

Insurge-se contra os relatórios de inteligência que embasaram as decisões, ao argumento de que são frágeis e genéricos, carecem da verdade e não refletem a realidade do apenado, bem como são confeccionados com o fito de manter o maior número de presos possíveis no SPF. Expõe fatos pelos quais busca demonstrar não existirem provas concretas de que o recorrente exerce liderança criminosa ou que tenha comportamento que justifique o encarceramento no referido sistema.

Requer seja provido o presente recurso para reformar o acórdão e fazer cessar os atos que determinaram a inclusão e a renovação da permanência no Sistema Penitenciário Federal.

Parecer do Ministério Público pelo desprovemento do recurso (e-STJ, fls. 273-278).

É o relatório.

Decido.

No caso dos autos, a decisão que admitiu a renovação da transferência do apenado para o Sistema Penitenciário Federal restou assim fundamentada:

"Como se denota dos autos, o apenado é apontado pela autoridade administrativa do Estado do Pará (SUSIPE) como uma nociva liderança, articulador de alta periculosidade entre os presos que, inclusive, já protagonizou planos de fugas e resgates. Apresenta comportamento inadequado, é membro de organização criminosa, manipulador da massa carcerária, de forma a induzi-la a contrariar ordens legais, tendo em vista sua grande influência no ambiente.

Por isso, sua permanência no Estado do Pará traz sério risco de desestabilizar o sistema penitenciário, que é assolado por inúmeras recentes ocorrências de rebeliões e fugas com mortes. No pedido da autoridade penitenciária e no relatório também consta possíveis rebeliões e subversão da ordem intra e extramuros.

Tais razões se mostram suficientes para configurar as hipóteses de transferência para o estabelecimento federal, sobretudo porque tipificadas as situações de liderança criminosa, participação em associação criminosa e envolvimento em fugas e indisciplina no cárcere (incisos I, IV e VI do art. 3º do Decreto 6877/2009, que regulamenta a Lei 11671/08).

Com efeito, sua extensa ficha criminal (roubos circunstanciados, associação criminosa, latrocínio) e o mau comportamento prisional autorizam concluir que o seu cumprimento de pena em estabelecimento federal é um imperativo categórico que se impõe.

Não fosse por isso, não há como ignorar que a situação atual do sistema penitenciário no país passa por uma profunda crise ocasionada pelo fortalecimento de facções criminosas dentro dos presídios, o que gerou motins e rebeliões gravíssimas (casos de Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte).

Especificamente no Estado do Pará, existe um risco iminente de motins e rebeliões. Uma liderança criminosa seria extremamente nociva para tal medida.

Portanto, não só pelas ações de liderança patrocinadas pelo apenado, como também pela situação de carência estrutural do Estado e dos lamentáveis episódios ocorridos em outras unidades da federação, bem como a iminência da instalação dos bloqueadores, o requerimento da autoridade administrativa está devidamente fundamentado e acompanhado de elementos pontuais e concretos que permitem a decisão de renovação da transferência do apenado.

Tal medida se justifica para garantir a segurança do sistema penal e, por via de consequência, da segurança pública de todo o Estado e do próprio apenado, que estará impossibilitado, nesse período, de praticar

ou ser vítima de crimes dentro do cárcere paraense.

Cumpra salientar que não se desconhece a vinculação da ressocialização do apenado, em parte, ao fator familiar. É de suma importância a participação da família no cumprimento da pena como instrumento de reeducação e retorno do apenado ao convívio social. De fato, sua custódia em estabelecimento federal prejudica esse elemento de recuperação, uma vez que a distância é um obstáculo para a visitação dos familiares.

Mesmo assim, não se pode olvidar que há outros fatores de ressocialização que podem ser promovidos nessa situação (como, por exemplo, o distanciamento do apenado dos laços de lealdade e hierarquia que imperam nas facções criminosas) e que o direito previsto no art. 103, in fine, da LEP não é absoluto e pode se restringido em casos de colisão com outro direito. Aliás, o próprio dispositivo elenca que devem ser garantidos não apenas a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar, mas também o interesse da Administração da Justiça Criminal. De fato, havendo uma razão maior (segurança) que justifique concretamente a restrição de um direito (convivência com a família), faz-se possível sua flexibilização, especialmente se considerados os critérios (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) da máxima da proporcionalidade.

O fato de exercer liderança carcerária negativa, a possibilidade de patrocinar ações criminosas intra e extramuros, o fortalecimento de facções criminosas e as rebeliões recentes no Estado do Pará são fatos atuais e concretos. Evitar isso é motivo bastante para assegurar a transferência do apenado - liderança carcerária negativa - para o sistema federal.

É de bom alvitre ressaltar que os fatos narrados no relatório não apontam a participação do apenado, mas servem para demonstrar que o sistema carcerário possui problemas. E mais problemas ainda terá se as lideranças criminosas não forem isoladas.

Portanto, o relatório é conclusivo e embasado em fatos concretos, comprovados. Importante mencionar que a formação de lideranças criminosas não é algo que deixa provas documentais ou testemunhais. É construído aos poucos, dentro do ambiente carcerário. Portanto, mesmo que o relatório não tenha provas cabais, trata-se de um documento público, ato administrativo que possui presunção de veracidade e legitimidade. Não teria porque criar fatos inexistentes. Seria leviano afirmar que é um documento ideologicamente falso. Portanto, é um documento verdadeiro, até prova em contrário." (e-STJ, fls. 196-198.)

Por sua vez, o Tribunal de origem manteve a decisão proferida pelo Juízo da VEC, em acórdão fundamentado nestes termos:

"In casu, há necessidade de renovação de permanência do paciente, no Sistema Penitenciário Federal, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.671/08, como forma de manter a segurança pública. Conforme afirma o Juízo de execução, na decisão de 26.09.2019 (fls. 23/28), o apenado possui comportamento inadequado, exerce nociva liderança

junto à massa carcerária, incluindo participação em fugas e resgates, possui histórico de crimes graves, especialmente roubos de transportadoras de valores, participou de operações de resgates de presos e estava em posse de armamento pesado (fuzil AK47). E que, fazê-lo retornar ao Sistema Carcerário do Pará, promove eventualmente, o fortalecimento de facções, problema que assola o País.

Vale salientar que o Juízo negou a vinda do apenado ao Sistema Carcerário do Pará, porque não há condições de isolar lideranças criminosas.

O Juízo também ressaltou que, o retorno do paciente ao Sistema Carcerário do Pará, trará risco de desestabilizar o Sistema Penitenciário que, está com recentes ocorrências de rebeliões e fugas com mortes.

Por este motivo, entendo que há necessidade de renovação de transferência do paciente, para Estabelecimento Federal, principalmente porque a liderança criminosa, o envolvimento em fugas, e a indisciplina no cárcere, configuram motivos para que ele permaneça no Estabelecimento Federal, por força dos artigos 3º e 10º, da Lei nº 11.671/08. (e-STJ, fl. 218.)

Como se vê, a transferência do recorrente para o presídio federal está motivada com base em elementos concretos extraídos da execução penal, bem como fundamentada na garantia da segurança pública, tendo em vista, conforme afirmado pelo Juízo da VEC, a periculosidade do paciente, revelada pelo seu comportamento inadequado, pois é membro de organização criminosa, exerce nociva liderança junto à massa carcerária - incluindo participação em fugas e resgates - e possui histórico de crimes graves, especialmente roubos de transportadoras de valores, tendo participado de operações de resgates de presos, ocasião que estava em posse de armamento pesado.

Dessa forma, o entendimento das instâncias ordinárias está de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, consolidada no sentido de que o recolhimento em penitenciária federal se justifica no interesse da segurança pública ou do próprio preso, devendo estar fundamentado em dados concretos que demonstrem a necessidade da medida, como por exemplo, nas hipóteses de presos de alta periculosidade, participantes de organizações criminosas.

A propósito, confirmam-se estes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LEI N. 11.671/2008. TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA PRESÍDIO FEDERAL DE SEGURANÇA MÁXIMA. DECISÃO FUNDAMENTADA NA ALTA PERICULOSIDADE DO APENADO. DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE. RISCO PARA SEGURANÇA PÚBLICA. RENOVAÇÃO DO PRAZO DE PERMANÊNCIA. POSSIBILIDADE. COMPETENTE O JUÍZO FEDERAL CORREGEDOR DA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ - SJ/RN, O SUSCITADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O art. 3º da Lei n. 11.671/2008 prevê que a inclusão e transferência de presos em estabelecimentos federais de segurança máxima é medida de caráter excepcional e temporária, **justificada no interesse da segurança pública ou do próprio preso.**

Outrossim, disciplina que, persistindo as razões e fundamentos que ensejaram a transferência do preso, por decisão fundamentada pelo Juízo de origem, pode ser solicitada a renovação do período de permanência no estabelecimento penal federal, nos termos do § 1º do art. 10 da referida lei. No caso em apreço, o Juízo Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas demonstrou a real necessidade da prorrogação da medida, posto que persistem as razões que ensejaram a transferência do preso para o presídio federal de segurança máxima, **sendo a solução a melhor forma de se manter a ordem pública, o interesse da coletividade e a segurança da população.** 2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no CC 156.359/AM, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, j. 25/4/2018, DJe 11/5/2018.)

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA PRESÍDIO FEDERAL LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM. NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PROVAS DAS SUPOSTAS CONDUTAS QUE DETERMINARAM A TRANSFERÊNCIA. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ESTREITA DO RECURSO ORDINÁRIO. RETORNO PARA O ESTADO DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. CONDENADO INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - COMANDO VERMELHO. PERICULOSIDADE CONCRETA. RECURSO DESPROVIDO. I - **O entendimento desta Corte Superior de Justiça se consolidou no sentido de que o recolhimento em penitenciária federal se justifica no interesse da segurança pública ou do próprio preso, com fundamento em dados concretos que demonstrem a necessidade da medida, como por exemplo, nas hipóteses de presos de alta periculosidade, participantes de organizações criminosas.** II - No caso, consta no procedimento de transferência informações da Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro informando o envolvimento do paciente na organização criminosa Comando Vermelho. Os documentos dão conta do elevado grau de periculosidade do apenado, bem como seu envolvimento direto com o resgate do traficante Nicolas Labre de Jesus (vulgo FAT FAMILY).

III - **Desse modo, a transferência do paciente está devidamente fundamentada em dados concretos extraídos da execução penal, não havendo que se falar em ilegalidade da medida imposta.**

V - [...] Recurso ordinário desprovido." (RHC 85.320/RJ, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 17/4/2018, DJe 27/4/2018.)

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

